



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP)
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)

CONCURSO PÚBLICO
– Aplicação: 20/1/2002 –

CARGO:

DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

CADERNO DE PROVA:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) / DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP) / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)

Concurso Público – Aplicação: 20/1/2002

CARGO: **DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL**

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno é constituído da prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 45/2001 – ANP/DRS – DPF, de 31/10/2001.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

AGENDA

- I **22/1/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> —; nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília; nas Superintendências Regionais da Polícia Federal das cidades em que foram aplicadas as provas e na Academia Nacional de Polícia, em Brasília.
- II **23 e 24/1/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **1.º/3/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 9 DOS RECURSOS do Edital n.º 45/2001 – ANP/DRS – DPF, de 31/10/2001.
 - Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ) / DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (ANP) / DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (DRS)
Concurso Público – Aplicação: 20/1/2002

CARGO: DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

Nas questões de **21** a **60**, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará penalização ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

No âmbito da jurisdição constitucional das liberdades, a proscrição da prova ilícita no processo é tema recorrente, seja porque o aparelho policial brasileiro ainda se entremostra arbitrário, seja porque há dificuldades, em certos casos, de avaliar-se a extensão dos efeitos que a inadmissão da prova tida por ilícita acarreta para a investigação e persecução criminal. Na esteira da doutrina dominante e das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens abaixo, relativos a esse assunto.

- 1 Por não se tratar de hipótese de interceptação telefônica sem autorização judicial, a conversa informal mantida pelo indiciado com policiais, na delegacia, pode ser gravada por estes, e a eventual confissão de prática delituosa constante na gravação é tida por prova válida para sustentar pedido de prisão temporária do confesso.
- 2 O *habeas corpus* é meio processual idôneo à impugnação de provas ilícitas já realizadas, bem assim para postular-se seu desentranhamento de autos de investigação, mesmo quando desta não possa resultar condenação à pena privativa de liberdade.
- 3 O privilégio contra a auto-incriminação (*nemo tenetur se detegere*) impõe ao inquiridor o dever de advertir o interrogado do seu direito ao silêncio; a falta dessa advertência faz ilícita a prova que, contra si mesmo, forneça o acusado, ainda quando observadas as formalidades procedimentais do interrogatório.
- 4 Em se tratando de crimes hediondos, tem plena aplicação o princípio da proporcionalidade na valoração da admissibilidade da prova, pois a busca da verdade real tem prevalência constitucional. Disso resultam constantes mitigações, pelo STF, à garantia constitucional segundo a qual são inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.
- 5 A doutrina dos frutos da árvore envenenada (*fruits of the poisonous tree*) está relacionada à questão da contaminação gerada pela prova ilícita em face das provas dela derivadas.

QUESTÃO 22

Art. 186 do Código de Processo Penal (CPP)

Antes de iniciar o interrogatório, o juiz observará ao réu que, embora não esteja obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa.

Art. 5.º, inciso LXIII, da Constituição da República de 1988

O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

A partir do conteúdo das normas acima transcritas, julgue os itens a seguir.

- 1 A norma transcrita do CPP não foi inteiramente recepcionada pela Constituição de 1988. Assim, a parte final deve ser declarada inconstitucional pelo STF, no âmbito de processo objetivo, para ser definitivamente expurgada do sistema jurídico.
- 2 O aparente conflito entre as normas transcritas pode ser solucionado no âmbito da eficácia temporal da lei processual, considerando ter havido sua derrogação, o que dispensaria o juiz ou tribunal de, no caso concreto, declarar *incidenter tantum* a inconstitucionalidade apontada.
- 3 As comissões parlamentares de inquérito, posto que detenham poderes instrutórios próprios das autoridades judiciais, não podem processar nem julgar. Logo, nelas não há acusados, de modo que a norma citada do CPP mantém-se hígida e aplicável integralmente aos seus procedimentos.
- 4 Tem pertinência, no caso da norma transcrita do CPP, a aplicação, pelo STF, da técnica da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.
- 5 A correção da norma transcrita do CPP pode ser levada a efeito pelo Poder Legislativo por meio de lei ordinária com validade nacional, cuja iniciativa é facultada também ao povo.

QUESTÃO 23

A administração pública no Brasil evoluiu para contemplar diversas formas de descentralização dos serviços públicos, por meio da criação de entes para prestá-los, ora com personalidade de direito público, ora com personalidade de direito privado, trazendo, em conseqüência, problemas relacionados ao regime jurídico a que devam estar subordinados. Acerca desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 1 Os crimes praticados em detrimento de bens das agências reguladoras criadas pela União devem ser apurados pela Polícia Federal.
- 2 A agência reguladora pode ter capacidade tributária, nunca competência tributária, e pode executar seu crédito fiscal por meio de procuradoria própria.
- 3 Tendo em vista que a competência absoluta deve ser examinada de ofício, então é nula a sentença proferida por juiz federal sempre que uma das partes for entidade da administração pública indireta, com personalidade de direito privado.
- 4 O INSS, autarquia federal, está submetido à competência da justiça federal. Porém, quando figurar como réu em ação de acidente de trabalho, estará sujeito à competência da justiça estadual.
- 5 As empresas públicas federais não possuem o privilégio de prazos processuais especiais.

QUESTÃO 24

A Emenda Constitucional n.º 35, de 20/12/2001, promoveu sensível modificação nas imunidades parlamentares, sobretudo porque restringiu a imunidade processual, permitindo que deputados e senadores possam ser processados criminalmente, sem a necessidade de prévia licença da Casa respectiva. Considerando o regime em vigor antes desta emenda, julgue os itens a seguir.

- 1 O afastamento do deputado federal ou senador do exercício do mandato, para investir-se no cargo de ministro ou de secretário de Estado, suspende-lhe a imunidade formal, mas não o foro por prerrogativa de função.
- 2 A imunidade parlamentar material estende-se à divulgação, pela imprensa, por iniciativa do congressista, de fato coberto pela inviolabilidade.
- 3 A circunstância de deputado federal encontrar-se entre co-autores de crime comum impõe, como regra geral, que a competência do STF se prorogue em relação aos demais, não podendo o juiz de primeiro grau determinar o desmembramento do inquérito para efeito de deslocar o julgamento do parlamentar ao STF e prosseguir contra os demais.
- 4 O suplente de parlamentar, ainda quando não seja convocado para o exercício das funções do titular, goza das mesmas imunidades a que fazem jus os congressistas.
- 5 A competência do STF para julgamento de parlamentar federal somente cessa, depois de findo o mandato desse, se o crime fora cometido anteriormente ao mandato.

QUESTÃO 25

Julgue os itens abaixo, relativos à improbidade administrativa, conforme disciplinada na Lei n.º 8.429, de 2/6/1992.

- 1 A ação pública de improbidade administrativa — de natureza civil e com legitimação ativa atribuída privativamente ao Ministério Público (MP) — objetiva punir os responsáveis e ressarcir o erário por danos sofridos pela conduta de agentes ímprobos.
- 2 Entende-se por agentes públicos, para os fins legais, além dos servidores investidos em cargos ou empregos, também aqueles que, transitoriamente, com ou sem remuneração, exerçam funções em entidades da administração direta ou indireta.
- 3 O MP pode efetuar transação ou acordo com o réu, desde que não dispense a integral reparação do dano.
- 4 Entre as sanções abstratamente cominadas aos agentes condenados por improbidade administrativa, estão a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos.
- 5 A ação de improbidade administrativa comporta pedido de antecipação de tutela, especialmente quando se postula a nulidade de ato administrativo cuja ilegalidade seja de plano comprovada.

QUESTÃO 26

Em consonância com a classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello, os agentes públicos formam uma categoria a que pertencem os agentes políticos, os servidores públicos e os particulares em atuação colaboradora com o poder público. Com relação ao regime jurídico a que estão subordinados os agentes públicos, julgue os seguintes itens.

- 1 A prevaricação é crime próprio de funcionário público com vínculo efetivo. Assim, caso seja praticada por ocupante de emprego público, a mesma conduta incidirá em tipo penal diverso.
- 2 Os estrangeiros podem ocupar função ou emprego público no Brasil.
- 3 A Constituição de 1988 prevê, em caráter obrigatório, o regime de remuneração na forma de subsídio para todos os policiais federais.
- 4 O direito de greve dos servidores públicos ainda não foi regulado por lei específica, a qual poderá instituir o direito de os respectivos sindicatos ajuizarem dissídios coletivos perante a justiça do trabalho, na hipótese de serem frustradas as tentativas de negociação direta.
- 5 Os atos lesivos a terceiros praticados em razão dos serviços públicos prestados por empregados de empresas concessionárias ou permissionárias não geram a responsabilidade objetiva do Estado.

QUESTÃO 27

No que concerne ao exercício e aos limites dos poderes da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 1 O abuso de poder de um delegado federal pode ser controlado por meio de mandado de segurança individual, desde que não haja necessidade de dilação probatória.
- 2 A função de polícia judiciária não exclui da Polícia Federal o poder de polícia administrativa.
- 3 O poder disciplinar impõe ao superior hierárquico o dever de punir o subordinado faltoso.
- 4 O Congresso Nacional tem competência para controlar o poder regulamentar do presidente da República.
- 5 Se invalidada por sentença judicial a demissão de policial, decorrente de condenação administrativa por abuso de autoridade, terá ele direito à reintegração na vaga que antes ocupava.

QUESTÃO 28

Dispõe a Constituição da República que todos “têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A respeito desse direito, julgue os itens a seguir.

- 1 Uma lei que venha a ser editada, autorizando a realização de evento conhecido como **briga de galos**, poderá ter sua inconstitucionalidade declarada em ação direta, por afrontar o artigo da Constituição que atribui ao poder público a incumbência de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais a crueldade.
- 2 O presidente da República pode lograr provimento de ação declaratória de constitucionalidade de medida provisória que venha a ser editada para agravar a pena dos crimes contra o meio ambiente, haja vista tratar-se de ato normativo federal.
- 3 Compete à justiça comum o julgamento de ação penal contra acusado da prática de crime previsto na Lei n.º 9.605/1998, consistente no fato de possuir em depósito, sem autorização ou licença do órgão competente, madeira nativa proveniente da Mata Atlântica, uma vez que, na espécie, não há violação de interesse direto e específico da União.
- 4 É inconstitucional, por ofensa ao princípio da legalidade estrita, que rege o direito tributário, dispositivo por meio do qual o Ministério do Meio Ambiente, sem lei que o autorize, institua taxa para inspeção de importações e exportações de produtos da indústria pesqueira, a ser cobrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- 5 O estudo prévio de impacto ambiental é necessário, quando a obra ou atividade seja potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.

QUESTÃO 29

O art. 15 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU – 1948) prescreve o direito à nacionalidade, tema acerca do qual os Estados soberanos são livres para conferir-lhe disciplina legal. A propósito da condição jurídico-constitucional de brasileiros e estrangeiros, à luz da Constituição da República vigente, julgue os seguintes itens.

- 1 A extradição, processo de entrega de um indivíduo por um Estado a pedido de outro para, neste, responder processo penal ou cumprir pena, não se aplica ao brasileiro nato.
- 2 Os cargos de policiais federais são privativos de brasileiros natos.
- 3 Os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiros em território nacional serão julgados pela justiça federal.
- 4 O naturalizado por sentença judicial definitiva não poderá perder a nacionalidade brasileira, ainda que venha a praticar atos terroristas em território nacional.
- 5 O estrangeiro não pode ajuizar ação popular em defesa do patrimônio público nacional.

QUESTÃO 30

Considere que a Constituição da República de 1988, em relação a determinada matéria, tenha passado a exigir regulação por lei complementar, ao passo que a Constituição anterior previa que a mesma matéria fosse disciplinada por lei ordinária, que fora editada e encontrava-se vigente e eficaz ao tempo da promulgação da nova Constituição. À luz dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, relativos ao direito constitucional.

- 1 Enquanto as leis ordinárias são aprovadas por maioria absoluta, as leis complementares o são por dois terços.
- 2 Dependendo da matéria, as leis ordinárias podem ser modificadas por medida provisória a ser convertida em lei no prazo máximo de sessenta dias, vedada qualquer prorrogação ou reedição.
- 3 Na hipótese proposta, a incompatibilidade formal da legislação preexistente com a nova constituição tanto pode ser analisada no controle concentrado quanto no controle difuso de constitucionalidade.
- 4 Na hipótese proposta, não há possibilidade de recepção formal da lei ordinária, porque o quórum qualificado da lei complementar é maior.
- 5 Em hipótese inversa — a Constituição anterior requerendo lei complementar e a atual exigindo lei ordinária —, poderia ser recepcionada a legislação preexistente, mas as alterações posteriores deveriam ser procedidas por meio de lei complementar.

QUESTÃO 31

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relativa à Lei de Entorpecentes (Lei n.º 6.368/1976), seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Diniz era proprietário de um barco, no qual foram encontrados e apreendidos cerca de oitenta quilos de cocaína, apanhada em Belém – PA para ser levada para o Suriname, onde parte seria vendida; a outra parte do entorpecente seguiria para os Estados Unidos da América e a Europa. A substância entorpecente pertencia a Diniz. Nessa situação, Diniz responderá pelo crime de tráfico internacional de entorpecente, com circunstância especial de aumento de pena, sendo a justiça federal competente para processar e julgar a ação penal.
- 2 Pedro efetuou a postagem, nos correios, de dois embrulhos contendo cinquenta gramas de maconha, que seriam remetidos a Miguel para consumo. A droga foi interceptada ainda na agência dos correios e apreendida antes da remessa ao destinatário. Nessa situação, e conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Pedro responderá pelo crime de tráfico ilícito de entorpecente, na forma consumada.
- 3 Cláudio adquiriu, no comércio da cidade argentina de Paso de Los Libres, quinhentos frascos do produto conhecido como lança-perfume, cuja composição contém a substância cloreto de etila, introduzindo-os no território nacional com a finalidade de revenda. No momento em que adentrava no município de Luziânia – GO transportando o entorpecente, Cláudio foi preso em flagrante. Nessa situação, e de acordo com o entendimento majoritário do STJ, Cláudio responderá perante a justiça federal pelo crime de tráfico internacional de entorpecente.
- 4 Sinval, agente de polícia, tomou conhecimento, por meio de um informante, que João, traficante, detinha no interior de sua residência, em depósito, grande quantidade de cocaína para ser comercializada no município. Sem mandado de busca e permissão dos moradores, Sinval adentrou na residência e apreendeu dez quilos de cocaína, acondicionada em pequenos sacos, efetuando a prisão em flagrante de João. Nessa situação, a apreensão da droga e a prisão de João foram lícitas, uma vez que a diligência prescindia de mandado judicial.
- 5 Adauta foi denunciada pelo MP pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecente, em razão de ter sido presa em flagrante, no dia 18/6/2000, trazendo consigo, para fins de difusão ilícita, setecentos frascos da substância entorpecente denominada cloreto de etila, vulgarmente conhecida como lança-perfume, proibida em todo o território nacional pela Portaria n.º 344, de 12/5/1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS), alterada pela Resolução n.º 480, de 23/9/1999, da ANVISA. A Resolução RDC n.º 104, publicada no DOU de 7/12/2000, excluiu o cloreto de etila da lista das substâncias psicotrópicas de uso proscrito no Brasil (lista F2 da Portaria SVS/MS n.º 344/1998) para incluí-la na lista D2 (insumos químicos utilizados como precursores da fabricação e síntese de entorpecentes). Posteriormente, em 15/12/2000, foi republicada a Resolução RDC n.º 104, com a inclusão do cloreto de etila na lista de substâncias de uso proscrito (lista B1). Nessa situação, em relação a Adauta, verificou-se a *abolitio criminis*, que é causa de extinção da punibilidade.

QUESTÃO 32

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética concernente à competência no processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Maria, diretora de um hospital privado vinculado por convênio à assistência médica da seguridade social, exigiu do genitor de um paciente internado em estado grave na unidade de terapia intensiva (UTI), sem recursos financeiros, um depósito a título de caução, no valor de R\$ 600,00, e a importância de R\$ 1.500,00, por ocasião da baixa hospitalar, a título de despesas da UTI. Nessa situação, e de acordo com os entendimentos do STF e do STJ, a justiça federal será competente para processar e julgar a infração penal praticada por Maria.
- 2 Ítalo, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma arma de fogo, subtraiu do cofre de uma agência da Caixa Econômica Federal (CAIXA) a importância de R\$ 60.000,00 em dinheiro. Nessa situação, será da justiça federal a competência para processar e julgar Ítalo pela prática do crime de roubo.
- 3 Sebastião, funcionário público da Secretaria de Saúde, desviou da repartição municipal a importância de R\$ 200.000,00 de que tinha a posse em razão do cargo, verba proveniente do orçamento da União Federal, fiscalizada pelo Ministério da Saúde e destinada ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante o convênio FAE/PNAE com as prefeituras. Nessa situação, por terem os valores desviados integrado o patrimônio municipal, caberá à justiça comum processar e julgar Sebastião pelo crime de peculato.
- 4 Léa fez uso de histórico escolar e de guia de transferência falsos, de estabelecimento de ensino superior particular sediado no município de Goiânia – GO, perante entidade de ensino superior privada com sede em Brasília – DF, visando, com isso, ao ingresso nesta. Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STF, a competência para processar e julgar Léa será da justiça federal.
- 5 Renato, após arrombar a porta e adentrar em uma agência franqueada da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), de propriedade privada, subtraiu em proveito próprio a importância de R\$ 5.000,00. Nessa situação, caberá à justiça federal processar e julgar Renato pelo crime de furto qualificado.

QUESTÃO 33

Acerca dos crimes contra o meio ambiente e de lavagem de dinheiro, julgue os itens a seguir.

- 1 O depósito de cheques de terceiros recebidos pelo agente, como produto de concussão, em contas-correntes de pessoas jurídicas às quais contava ele ter acesso, basta para caracterizar a figura de **lavagem de capitais** mediante ocultação da origem, da localização e da propriedade dos valores respectivos.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Paulo, cortando clandestinamente várias madeiras de lei, promoveu um desmatamento com queimada e cozimento de carvão em mata localizada em sua propriedade rural, sem a devida autorização legal.
Nessa situação, Paulo praticou crime contra a flora e deverá ser processado e julgado perante a justiça federal.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.
Sílvio e Henrique, representantes legais da sociedade comercial denominada Madeireira Brasil Ltda., determinaram que os empregados da empresa cortassem árvores em uma floresta considerada de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente, para que as madeiras fossem posteriormente comercializadas.
Nessa situação, a pessoa jurídica poderá ser responsabilizada penalmente e, na hipótese de condenação, ser imposta pena de prestação de serviços à comunidade.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Em uma *blitz*, Tiago foi preso em flagrante por ter em cativo, para a venda, trinta canários-da-terra.
Nessa situação, e de acordo com o atual entendimento do STJ, Tiago responderá por crime contra a fauna perante a justiça federal.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Instaurou-se inquérito policial contra Jorge, sendo ele indiciado pela prática de crime contra a flora (art. 46, parágrafo único, da Lei n.º 9.605, de 12/2/1998), por haver sido flagrado, em 23/9/1997, transportando uma partida de toras de madeira com uma autorização de transporte de produto florestal inválida. Por ocasião da infração penal, estava em vigor a Lei n.º 4.771/1965, que previa como mera contravenção penal o transporte de madeira sem licença válida.
Nessa situação, em face do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, a Lei n.º 9.605/1998 não poderá ser aplicada.

QUESTÃO 34

No que concerne ao auto de prisão em flagrante, julgue os seguintes itens.

- 1 Havendo autoridade policial na circunscrição, a lavratura de auto de prisão em flagrante em local diverso da prisão ocasiona a sua nulidade, em face da incompetência *ratione loci*.
- 2 Na lavratura do auto de prisão em flagrante, para integrar o mínimo legal, a autoridade policial poderá ouvir o condutor do preso como testemunha, considerando-o como testemunha numerária.
- 3 Não invalida a prisão em flagrante a audiência do conduzido no leito de hospital, subseqüentemente à lavratura do auto na delegacia, quando impossibilitado de ser interrogado por ter sido baleado durante perseguição policial.
- 4 A ausência de comunicação da prisão em flagrante imediatamente à autoridade judiciária competente ocasiona a nulidade do auto.
- 5 O juiz, após receber a comunicação do flagrante, está obrigado a fundamentar o despacho homologatório.

QUESTÃO 35

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética relativa ao inquérito policial, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 A autoridade policial federal recebeu uma *delatio criminis* contra um magistrado federal, imputando-lhe a prática de crime de corrupção passiva. Nessa situação, em face do requerimento da vítima, a autoridade policial deverá instaurar inquérito policial e, após relatá-lo com a conclusão das investigações, encaminhar os autos ao Tribunal Regional Federal (TRF).
- 2 O órgão do Ministério Público Federal requereu o arquivamento de inquérito policial relatado, sob o fundamento de que o fato suficientemente apurado não constituía crime, era atípico. O juiz federal acolheu o pedido e determinou o arquivamento dos autos. Nessa situação, e de acordo com o STF, a decisão que deferiu o arquivamento faz coisa julgada, não podendo serem desarquivados os autos e ser instaurada ação penal, mesmo diante de outros elementos de prova que venham a surgir posteriormente.
- 3 A autoridade policial recebeu uma *notitia criminis* anônima imputando a um indivíduo a prática de crimes de concussão. Nessa situação, apesar do princípio da obrigatoriedade, caberá à autoridade policial preliminarmente proceder com cautela às investigações preliminares, no sentido de apurar a verossimilhança das informações recebidas, para, havendo indícios da ocorrência dos ilícitos penais, instaurar o procedimento regular (inquérito policial).
- 4 Manoel foi preso em flagrante pela prática do crime de latrocínio, identificando-se civilmente por ocasião da lavratura do auto de prisão por meio da apresentação da cédula de identidade, regularmente expedida pela Secretaria de Segurança Pública. Nessa situação, a autoridade policial não poderá submeter Manoel a identificação criminal.
- 5 Instaurado inquérito policial para apurar crime de homicídio e a sua autoria, o órgão do MP requereu ao juiz a reprodução simulada da infração penal, diligência que foi deferida com a devolução dos autos à delegacia. Nessa situação, caberá à autoridade policial notificar o suposto autor do ilícito penal a participar da reconstituição simulada dos fatos, sob pena de ser autuado em flagrante pela prática do crime de desobediência.

QUESTÃO 36

A respeito das prisões preventiva e temporária, julgue os itens a seguir.

- 1 A falta de inquérito policial impede a decretação da prisão preventiva, mesmo que embasada em peças informativas da existência do crime e em indícios da autoria apresentados pelo órgão do MP.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Marina foi denunciada perante a justiça comum pela prática do crime de peculato, tendo sido decretada a sua prisão preventiva em atendimento a representação da autoridade policial. Cumprido o mandado de prisão, a ré foi interrogada, tendo, no prazo da defesa prévia, argüido a incompetência do juiz — *ratione materiae*. O juiz acatou a exceção e remeteu os autos à justiça federal.
Nessa situação, presentes os requisitos legais, o juiz federal deverá renovar o despacho da custódia cautelar.
- 3 Justifica-se a decretação da prisão temporária de pessoa envolvida em crimes de roubo e homicídio qualificado que, por se encontrar foragida, impede a autoridade policial de concluir o inquérito policial.
- 4 De acordo com a jurisprudência majoritária, a prisão preventiva pode ser decretada para garantir a ordem pública em face da periculosidade do agente, demonstrada pela gravidade, pela violência ou pelas circunstâncias em que o crime foi perpetrado.
- 5 A simples fuga do acusado do distrito da culpa, tão logo descoberto o crime, não justifica o decreto de prisão preventiva para garantir a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal.

QUESTÃO 37

Acerca da prisão em flagrante e seus desdobramentos, julgue os itens que se seguem.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Roberto, funcionário público, desviou, em proveito próprio, a importância de R\$ 50.000,00 de que tinha a posse em razão do cargo que exercia. No mesmo dia, arrependido, Roberto compareceu espontaneamente perante a autoridade policial e comunicou a ocorrência e a autoria da infração penal.
Nessa situação, em face da quase-flagrância, caberá à autoridade policial efetuar a prisão em flagrante de Roberto.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Tomando conhecimento de que uma grande quantidade de cocaína estava em depósito em determinada residência para difusão ilícita, agentes de polícia passaram-se por eventuais compradores de droga e, ao terem acesso ao interior da casa visada, efetuaram a prisão em flagrante de vários traficantes, apreendendo vinte quilos da substância entorpecente.
Nessa situação, pelo fato de a ação delituosa ter sido provocada e induzida pelos agentes disfarçados, ocorreu flagrante preparado.
- 3 É cabível a prisão em flagrante em crime de ação penal privada.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Um deputado federal foi surpreendido e detido por agentes de polícia, em um restaurante, no momento em que efetuou seis disparos de revólver contra um desafeto, ceifando-lhe a vida. A autoridade policial autuou o parlamentar em flagrante delito, remetendo os autos, em dezesseis horas, à Câmara dos Deputados.
Nessa situação, a Câmara dos Deputados, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolverá sobre a prisão e autorizará, ou não, a formação de culpa.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Intimado para prestar declarações em um inquérito policial, um cidadão desatou a autoridade policial que o presidia, rasgando peças dos autos e atirando-as ao chão, além de proferir palavras de baixo calão à sua pessoa.
Nessa situação, a autoridade policial poderá presidir a lavratura do auto de prisão em flagrante.

QUESTÃO 38

A respeito da prova no processo penal, julgue os itens a seguir.

- 1 Deixando o crime vestígios materiais, é indispensável o exame de corpo de delito direto elaborado por peritos para se comprovar a materialidade do crime, sob pena de nulidade. A falta desse exame, entretanto, não impede a propositura da ação penal.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo adentrou em uma agência da CAIXA e, mediante ameaça exercida com o emprego de uma metralhadora, subtraiu do caixa a importância de R\$ 10.000,00 em espécie. Ao sair da agência, ele foi preso em flagrante, tendo a arma de fogo sido extraviada no caminho para a delegacia.
Nessa situação, em face da não-apreensão da arma e da não-realização de perícia nela, não será cabível o reconhecimento da causa de aumento do crime de roubo (roubo qualificado com o emprego de arma).
- 3 O laudo pericial assinado por dois peritos oficiais no qual somente uma das assinaturas está legível é nulo de pleno direito.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.
Marta foi indiciada em inquérito policial instaurado para apurar o crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque. A autoridade policial, visando submeter a cártula a exame grafotécnico, notificou Marta para comparecer à delegacia a fim de fornecer padrões gráficos do próprio punho.
Nessa situação, como o objetivo do exame pericial é proporcionar a comparação entre o escrito comprovadamente feito pelo punho da indiciada e aquele cuja autoria está sendo pesquisada e que constitui o corpo de delito, a autoridade policial não poderá compelir Marta a comparecer à delegacia e a lançar as assinaturas.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Ana foi agredida fisicamente por Marcos com socos e pontapés, sofrendo lesões corporais de natureza leve. Passados dois meses do evento, Ana compareceu perante a autoridade policial e apresentou representação contra o agressor. Na ocasião, entretanto, os vestígios das lesões tinham desaparecido.
Nessa situação, será possível o exame de corpo de delito de forma indireta por meio da prova testemunhal.

QUESTÃO 39

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética relativa à aplicação da lei penal no espaço, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Em águas territoriais do Brasil, a bordo de um navio mercante que ostentava a bandeira da Argentina, um brasileiro praticou um homicídio contra um argentino, ambos tripulantes da embarcação. Nessa situação, aplicar-se-á a lei penal argentina.
- 2 Em alto-mar, a bordo de uma embarcação de recreio que ostentava a bandeira do Brasil, Júlio praticou um crime de latrocínio contra Lauro. Nessa situação, aplicar-se-á a lei penal brasileira.
- 3 Um navio mercante que ostentava a bandeira do Brasil naufragou em alto-mar. Sobre os destroços da embarcação, Leonardo ceifou a vida de Bento. Nessa situação, aplicar-se-á a legislação do primeiro país em que Leonardo descer à terra após o homicídio (prevenção).
- 4 Whesley, cônsul honorário no Brasil do país BBB, exasperou-se com a secretária no consulado daquela República por causa de um ex-namorado dela, tendo-a constringido, mediante violência, a manter com ele conjunção carnal e cópula anal. Nessa situação, pelo fato de o autor dos eventos ser funcionário consular, aplicar-se-á a lei do país BBB.
- 5 Augusto, diplomata em serviço na embaixada do Brasil no país CCC, exigiu de alguns fornecedores estrangeiros a importância de US\$ 1.200 para agilizar o pagamento de serviços prestados e de mercadorias adquiridas pela embaixada. Nessa situação, Augusto ficará sujeito à lei penal brasileira.

QUESTÃO 40

Acerca dos crimes contra o patrimônio e a administração pública, julgue os itens abaixo.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.
Nardel, assistente de transporte do Ministério da Saúde, previamente ajustado com Leandro, seu primo, que estava desempregado, parou em um estacionamento público um veículo oficial que transportava R\$ 20.000,00 em medicamentos, deixando-o aberto e com a chave na ignição. Leandro, valendo-se da facilidade, estacionou uma caminhonete ao lado do veículo oficial e subtraiu todo o medicamento.
Nessa situação, Leandro responderá pelo crime de furto.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Sílvio interceptou o veículo de Mariana e, mediante grave ameaça exercida com o emprego de um revólver, privou-a de sua liberdade de locomoção. O fato ocorreu em Brasília – DF. Oito horas após a abordagem, Sílvio entrou em contato com a família de Mariana e exigiu como condição para libertá-la a importância de R\$ 150.000,00 em dinheiro, a ser entregue na cidade de Goiânia – GO. No dia seguinte, enquanto Mariana permaneceu no cativado em Brasília, Sílvio deslocou-se até a cidade de Goiânia, onde foi preso em flagrante no momento em que iria receber o dinheiro do resgate.
Nessa situação, Sílvio responderá pelo crime de extorsão mediante seqüestro, na forma consumada.
- 3 Por ser a concussão crime próprio, inadmissível é a participação de pessoa estranha ao quadro do funcionalismo público (particular).
- 4 O advogado que é designado pelo juiz, em audiência, para exercer a defesa de alguém (*ad hoc*) e, nessa condição, solicita vantagem indevida da parte adversa para deixar de praticar algum ato no processo não perpetrado, de acordo com o STJ, o crime de corrupção passiva.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Luiz, empregado da ECT, empresa pública federal, apropriou-se da importância de R\$ 2.000,00 referente à venda de selos, numerário de que tinha a posse em razão da função.
Nessa situação, Luiz praticou o crime de apropriação indébita.

QUESTÃO 41

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Em um lugar ermo, José, mediante grave ameaça exercida por meio da simulação de porte de arma de fogo, subtraiu de Benedito, seu vizinho, uma bicicleta. Benedito não levou o fato ao conhecimento da autoridade policial e presenciava, diariamente, a utilização da *res furtiva* por José. Nessa situação, Benedito perderá a posse civil da bicicleta, caso não promova a ação de reintegração em tempo hábil (ano e dia).
- 2 André, legítimo possuidor e proprietário de uma gleba de terra localizada no município de Formosa – GO, efetuou disparos de arma de fogo contra dez pessoas que tentaram invadir a sua propriedade rural, em noite muito escura, tendo causado lesões corporais em um dos invasores, que foi atingido por um projétil no braço. Nessa situação, André utilizou-se do desforço imediato, conduta essa amparada pela lei civil.
- 3 Dimas, psicopata com interdição decretada, matou Jair, fato esse presenciado por um agente de polícia. Nessa situação, o agente de polícia deverá efetuar a prisão de Dimas, em face do flagrante próprio.
- 4 Jofre, empregado do Banco do Brasil S.A. (BB), apropriou-se da importância de R\$ 20.000,00 de que tinha a posse em razão da função. Nessa situação, e de acordo com o STF, Jofre praticou o crime de apropriação indébita.
- 5 Dorival alienou a Joaquim uma quitinete de que era proprietário, recebendo, no ato da lavratura da escritura de compra e venda, a importância de R\$ 50.000,00 em dinheiro. Por estar passando por sérias dificuldades financeiras, Dorival, no mesmo dia, vendeu a mesma quitinete a Magda, recebendo, pela transação, a importância de R\$ 40.000,00. Magda dirigiu-se ao cartório de registro de imóveis e providenciou a transcrição da escritura de compra e venda. Joaquim, quando tentou registrar a sua escritura, verificou que tinha sido vítima de uma fraude e dirigiu-se à autoridade policial, apresentando uma *delatio criminis*. A autoridade policial instaurou inquérito policial e indiciou Dorival pela prática do crime de estelionato, na modalidade de disposição de coisa alheia como própria. Sabendo que, para ocorrer a aquisição da propriedade imóvel, é necessária a transcrição do título de transferência no registro de imóveis, então, nessa situação, Dorival não praticou a infração penal pela qual a autoridade policial o indiciou.

QUESTÃO 42

Em cada um dos seguintes itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Marilúcia ingressou com uma ação de perdas e danos em face de Letícia, que foi distribuída para tramitar perante a 2.^a Vara Cível. A juíza titular do juízo era inimiga capital de Marilúcia e, por animosidade e desejo de vingança contra a desafeta, retardou o andamento regular do processo, não despachando e retendo indevidamente os autos em uma gaveta de seu gabinete. Nessa situação, a magistrada praticou o crime de prevaricação.
- 2 Em uma ação reivindicatória, Rui foi arrolado como testemunha da parte autora. Saneado o processo e fracassada a tentativa de conciliação, o magistrado designou a audiência de instrução e julgamento, sendo expedidos os mandados de intimação das testemunhas. Devidamente intimado do dia, hora e local da audiência, Rui deixou de comparecer, injustificadamente. Nessa situação, Rui responderá pelo crime de desobediência.
- 3 Proposta uma ação de prestação de contas, o juiz deferiu a prova pericial pugnada pelas partes e nomeou Antônio como perito, fixando o prazo para a entrega do laudo. Expirado o prazo assinalado, Antônio, que não se escusou do encargo, deixou de apresentar o laudo sem motivo legítimo. Nessa situação, Antônio responderá pelo crime de desobediência.
- 4 Libânio constituiu um advogado para propor uma ação negatória de paternidade, alegando sua impotência *generandi* ou *concupiendi*. Antes de ingressar com a petição inicial, a fim de induzir em erro o juiz e o perito, Libânio submeteu-se a uma operação destinada à esterilização. Nessa situação, Libânio responderá pelo crime de fraude processual.
- 5 O advogado da parte ré em uma ação de indenização em tramitação em Brasília – DF retirou os autos do cartório mediante termo de vista, pelo prazo de cinco dias. Ultrapassados trinta dias da retirada, o diretor da secretaria do juízo entrou em contato telefônico com o procurador e solicitou a devolução dos autos, no prazo de 24 horas. Com a expiração do prazo, a retenção dos autos foi comunicada ao juiz. Nessa situação, para a configuração do crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório, será necessário que o advogado seja intimado no Diário de Justiça para devolver os autos no prazo fixado e deixe de fazê-lo.

QUESTÃO 43

À luz dos direitos penal, processual penal e previdenciário, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.

Pablo foi denunciado em dezembro de 1.999 pela prática de crime contra a seguridade social, consistente em deixar de recolher, na época própria, contribuição ou outra importância devida à seguridade social e arrecadada dos segurados ou do público (art. 95, d, da Lei n.º 8.212/1991).

Sabendo que o art. 3.º da Lei n.º 9.983, de 14/7/2000, revogou as alíneas do art. 95 da Lei n.º 8.212/91, acrescentando à Parte Especial do Código Penal (CP) o seguinte dispositivo: “Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional”, então, nessa situação, e de acordo com o STJ, ocorreu a *abolitio criminis* em favor de Pablo, que é causa de extinção da punibilidade.
- 2 O sindicato não é enquadrado como empresa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade para fins previdenciários, uma vez que não realiza atividade com fins lucrativos.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Flávio deixou de recolher contribuições por ele devidas à seguridade social, que integraram custos relativos à venda de produtos. Antes do início de qualquer ação fiscal e do oferecimento de denúncia, Flávio, espontaneamente, declarou e confessou, perante a autarquia previdenciária, os valores não-repassados, efetuando o integral pagamento das contribuições apropriadas e prestando as informações devidas.

Nessa situação, o juiz deverá declarar a extinção da punibilidade.
- 4 No caso de prática de crime de estelionato contra autarquia da previdência social, aplica-se a circunstância especial de aumento prevista no CP, ou seja, a pena aumenta-se de um terço.
- 5 Compete à justiça federal processar e julgar crime de estelionato praticado mediante a falsificação de guias de recolhimento de contribuições previdenciárias, independentemente da ocorrência de lesão patrimonial à autarquia da previdência social.

QUESTÃO 44

A respeito dos direitos penal, processual penal e constitucional, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A incomunicabilidade do indiciado no inquérito policial, decretada por despacho fundamentado do juiz, encontra-se revogada pela atual Constituição da República.
- 2 São inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos. Adicionalmente, segundo entendimento majoritário do STF, decreta-se a nulidade das provas subseqüentes obtidas com fundamento na ilícita (prova ilícita por derivação).
- 3 Por ter força de lei, não viola o princípio da legalidade a medida provisória que define crimes e comina sanções penais.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética.

O MP ofereceu denúncia contra um deputado federal pela prática de infração penal durante o exercício funcional, tendo o STF, antes do recebimento, solicitado da respectiva Casa Legislativa licença para que fosse processado. A Câmara dos Deputados não se pronunciou a respeito do pedido de licença, tendo o mandato do parlamentar expirado.

Nessa situação, como o crime foi perpetrado durante o exercício funcional, mesmo com a sua cessação prevalece a competência especial por prerrogativa de função.

- 5 O delegado de polícia pode determinar o arquivamento de inquérito policial iniciado de ofício, desde que não reste comprovada a materialidade do delito ou a autoria imputada ao indiciado.

QUESTÃO 45

À luz dos direitos penal e tributário, julgue os itens abaixo.

- 1 O parcelamento do débito é causa de exclusão do crédito tributário.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi denunciado pela prática de crimes contra a ordem tributária, em continuidade delitiva. Algumas das condutas delituosas foram perpetradas na vigência da Lei n.º 4.729/1965 (*lex mitior*) e, outras, sob a égide da Lei n.º 8.197/1990 (*lex gravior*).

Nessa situação, pelo fato de a lei penal não retroagir, salvo para beneficiar o réu, será reconhecida a ultra-atividade da Lei n.º 4.729/1965.

- 3 Consoante entendimento do STF, os emolumentos judiciais são tributos da espécie taxa.
- 4 Os gerentes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- 5 Consoante entendimento do STF, a sonegação fiscal de lucro advindo de atividade criminosa — tráfico de entorpecentes —, envolvendo sociedades comerciais organizadas, com lucros vultosos subtraídos à contabilidade regular das empresas e à declaração de rendimentos, caracteriza, em tese, crime contra a ordem tributária.

QUESTÃO 46

Com fulcro nos direitos administrativo, constitucional, penal e processual penal, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética.

A promotoria de justiça do patrimônio público instaurou, por portaria, inquérito civil para apurar atos de improbidade administrativa atribuídos a deputado federal, que teriam causado danos ao erário.

Nessa situação, uma vez que compete originariamente ao STF processar e julgar parlamentar federal por crime, em virtude da prerrogativa de foro, qualquer medida investigatória de caráter pré-processual deve ser adotada perante o órgão judiciário competente, o STF, sob pena de configurar constrangimento ilegal passível de *habeas corpus* a ser impetrado perante a referida corte.

- 2 Considere a seguinte situação hipotética.

O MP ingressou com uma ação civil pública em face de Jorge, por ele ter praticado atos de improbidade administrativa que ocasionaram danos ao erário. Pelos mesmos fatos, foi instaurada uma ação penal contra Jorge, sendo-lhe imputada a prática do crime de concussão. A pretensão deduzida na ação civil pública foi julgada improcedente, estando o processo em grau de recurso.

Nessa situação, em sede de *habeas corpus*, será possível o trancamento da ação penal por falta de justa causa.

- 3 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi denunciado pela prática do crime de peculato. Após receber a notificação prévia, ele apresentou a defesa preliminar, tendo o juiz, em despacho fundamentado, recebido a vestibular acusatória.

Nessa situação, poderá o juiz criminal, após o recebimento da denúncia e a requerimento do MP, determinar o afastamento do réu do exercício do cargo.

- 4 Compete à justiça federal processar e julgar o crime de porte ilegal de arma de fogo de procedência estrangeira.
- 5 No crime de contrabando ou descaminho, a competência para processar e julgar a ação penal é do juízo federal do local onde foram apreendidos os objetos introduzidos ilegalmente no país.

QUESTÃO 47

Jonas propôs ação de investigação de paternidade contra Túlio, alegando que o réu e sua mãe mantiveram relações sexuais que resultaram em sua concepção. Com base na farta prova testemunhal colhida, o juiz julgou procedente o pedido do autor e reconheceu a paternidade questionada. O réu, apesar de inconformado com a decisão, não interpôs nenhum recurso contra ela, mas dirigiu-se a um laboratório médico onde, juntamente com Jonas, submeteu-se à coleta de sangue com a finalidade de realizar exame de DNA para a determinação do vínculo de parentesco biológico entre eles.

O exame concluiu pela exclusão da paternidade de Túlio, que, sabendo que jamais havia mantido qualquer relacionamento íntimo com a mãe de Jonas, requereu a instauração de inquérito policial para apurar a prática do delito de falso testemunho por parte das testemunhas arroladas pelo autor que depuseram no processo, especialmente porque a sentença que julgou procedente a ação baseou-se nos depoimentos de tais testemunhas. Os réus foram condenados pela prática do crime de falso testemunho. Embasado na sentença penal condenatória e no resultado negativo do exame de DNA, Túlio propôs, no prazo legal, ação rescisória da sentença que reconheceu a paternidade em relação a Jonas.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Falta ao autor interesse de agir para a rescisória porque, não havendo recorrido da sentença rescindenda, demonstrou haver com ela se conformado. Além disso, ele não atendeu ao requisito de exaurimento das instâncias, exigível para a admissibilidade da rescisória.
- 2 O juízo que prolatou a sentença rescindenda em primeiro grau, na hipótese, está prevento para conhecer e julgar a rescisória, tendo em vista a clara conexão existente entre ambas as ações.
- 3 Se o réu da rescisória houver mudado de endereço, poderá opor exceção de incompetência relativa, pleiteando que a rescisória tramite no foro de seu domicílio, já que o investigador conserva o foro privilegiado também para a rescisória.
- 4 A partir da prolação da sentença cível, não mais se poderia instaurar a *persecutio criminis* relativa ao falso testemunho, eis que a lei penal prevê expressamente a possibilidade de o agente vir a retratar-se do depoimento prestado perante o juiz cível antes que este prolate sentença, ficando, desse modo, isento de pena. Assim, como corolário da garantia da ampla defesa, a prolação da sentença cível é fato impeditivo à instauração da ação penal relativa ao falso testemunho.
- 5 Com a decisão penal transitada em julgado, na ação rescisória já não mais se poderá discutir a existência da falsidade, devendo a defesa do réu, *de meritis*, cingir-se à demonstração de que a sentença rescindenda não se haja fundada na prova declarada falsa, ou seja, à comprovação de que houvera outro fundamento suficiente para a decisão.

QUESTÃO 48

Aldo subtraiu um talonário de cheques pertencente à sua mulher, Laura, emitindo vários cheques a pessoas diversas.

Apresentados ao sacado, os cheques foram devolvidos por falta de provisão de fundos. Instaurado inquérito policial contra Laura, pela prática de estelionato, constatou-se, por perícia grafotécnica, que os cheques haviam sido firmados por seu marido. Remetidos os autos ao MP, este requereu o arquivamento do referido inquérito. A autoridade policial, com base na prova pericial, instaurou, então, inquérito policial contra Aldo, que foi objeto de novo pedido de arquivamento do MP.

Diante de tal situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 1 O MP agiu acertadamente ao requerer o arquivamento dos inquéritos instaurados contra Laura, por não ser autora do fato, e contra Aldo, já que a lei penal dispõe ser isento de pena quem pratica crime contra o patrimônio em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- 2 Se um dos prejudicados com o recebimento do cheque falsificado propuser ação de cobrança, Laura será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, já que, como titular da conta, é objetivamente responsável pelos danos causados a terceiro.
- 3 Laura, desejando precaver-se de prejuízos que eventualmente suportará com a procedência da ação de cobrança contra si proposta, deverá, no prazo de resposta, denunciar a lide a Aldo para que, na mesma sentença, o juiz fixe a responsabilidade deste em relação ao objeto da ação.
- 4 Se Aldo for demandado por um dos que receberam cheque falsificado, deverá nomear Laura à autoria, tendo em vista ser ela a titular da conta bancária.
- 5 Caso o banco haja notificado o Serviço de Proteção ao Crédito para que lá conste o nome de Laura como emitente de cheque sem fundo, poderá esta, com base nas normas que regem o direito do consumidor, pleitear contra aquela instituição bancária indenização por danos morais.

QUESTÃO 49

Em relação à competência, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Não sendo acatada, no foro federal, a denunciação da lide feita à União, incumbe ao juiz federal tão-somente devolver os autos ao juiz estadual de origem, uma vez cessada a causa que determinara a sua competência.
- 2 Tramitando o processo no foro do domicílio do réu, se este mudar de endereço no curso da ação, poderá, no prazo de quinze dias, e desde que não tenha sido prolatada sentença, opor exceção, pleiteando a remessa dos autos ao foro do seu novo domicílio.
- 3 O tribunal de justiça, reconhecendo a incompetência do juízo estadual em relação ao feito objeto do recurso, deverá anulá-lo, promovendo sua remessa ao juízo federal competente, em vez de remeter os autos ao TRF para a apreciação do recurso interposto.
- 4 Em ação de reintegração de posse, a assistência simples de empresa pública federal desloca a competência para a justiça federal.
- 5 Sendo o TRF competente, originariamente, para processar e julgar determinado mandado de segurança, então haverá recurso de ofício para o STJ em face de acórdão concessivo da ordem mandamental requerida.

QUESTÃO 50

Em relação a recursos, julgue os itens que se seguem.

- 1 Em face do princípio do dispositivo, que rege o processo civil brasileiro, o juízo de admissibilidade dos recursos pelo tribunal não pode ser feito de ofício, dependendo sempre de requerimento da parte contrária, salvo quando se tratar de questão relativa à tempestividade ou ao preparo.
- 2 O pedido de reconsideração feito ao juiz pela parte prejudicada pela decisão suspende o prazo para a interposição do recurso cabível, que somente voltará a correr a partir da intimação da decisão judicial acerca da reconsideração requerida.
- 3 A parte que, sendo vencedora na demanda, desejar argüir preliminar de inadmissibilidade do recurso da parte contrária deverá fazê-lo nas contrarrazões, e não interpor recurso adesivo.
- 4 De regra, o princípio da fungibilidade recursal só é aplicável no âmbito dos recursos ordinários, pois os recursos especial e extraordinário têm seus requisitos rigidamente elencados no texto constitucional.
- 5 Com a nova sistemática processual relativa aos recursos, ainda que o agravo de instrumento seja interposto diretamente perante o órgão *ad quem*, subsiste a possibilidade do juízo de retratação do órgão prolator da decisão recorrida.

QUESTÃO 51

Julgue os itens a seguir, relativos às condições da ação e aos pressupostos processuais.

- 1 O Distrito Federal (DF) é parte ilegítima ativa para postular direito possessório, se o bem objeto da reintegração de posse encontrar-se sob domínio e responsabilidade de empresa pública cuja maior participação societária pertence ao DF.
- 2 É juridicamente impossível o pedido de reparação por danos morais formulado por pessoa jurídica, já que esta não possui honra, atributo exclusivo da pessoa natural.
- 3 O Estado responde por danos morais e materiais em relação à família de detento que se encontrava sob a sua custódia, falecido em decorrência de incêndio provocado por agente penitenciário em estabelecimento prisional, ainda que não fique comprovado que este agiu com culpa para o evento danoso.
- 4 O pai, representante legal do filho menor, não é parte na relação jurídica processual e não age em juízo em seu próprio nome para defender direito do representado.
- 5 Toda ação movida contra espólio constitui hipótese de litisconsórcio passivo necessário, devendo constar no pólo passivo da demanda o inventariante e cada um dos herdeiros, sob pena de nulidade do feito.

QUESTÃO 52

Julgue os itens seguintes.

- 1 Sendo denegada a ordem em mandado de segurança por falta de direito líquido e certo do impetrante, pode este renovar o pedido, fazendo uso das vias ordinárias, uma vez que, não ensejando o rito do mandado de segurança a ampla cognição judicial, a sentença nele proferida não faz coisa julgada material.
- 2 Sabendo que a Lei n.º 9.278/1996 disciplinou as conseqüências de natureza patrimonial no caso de uniões estáveis — condomínio em partes iguais dos bens adquiridos na constância da união estável —, é correto afirmar que ela tem aplicação retroativa, atingindo todas as uniões existentes a partir da promulgação da Constituição da República de 1988.
- 3 As ações que tenham por objeto direito do consumidor tramitam sempre pelo rito sumário, independentemente do valor da causa.
- 4 O cheque prescrito perde o atributo da executoriedade dos títulos executivos, mas pode ser cobrado por outras vias, inclusive pela ação monitória.
- 5 O gestor de sociedade de economia mista não pode responder a mandado de segurança, na condição de autoridade coatora.

QUESTÃO 53

Célia foi vítima de erro decorrente de imperícia do médico em cirurgia plástica a que se submetera para a correção do abdome, o que lhe deixou grave seqüela estética e funcional. Com a condenação do médico por crime de lesões corporais culposas, o MP pleiteou, no juízo cível, o ressarcimento do dano em favor de Célia, juridicamente pobre, pleiteando a condenação do médico ao pagamento de R\$ 35.000,00, a título de danos materiais, e de R\$ 60.000,00, por danos morais. O médico contestou a ação, alegando a ilegitimidade ativa do MP, argüindo para tanto a inconstitucionalidade do art. 68 do Código de Processo Penal (CPP) — que confere ao MP a legitimidade para promover a ação civil *ex delicto* — diante da nova ordem constitucional vigente, já que a promoção de ação civil, nesses moldes, não está entre as atribuições previstas no art. 129 da Constituição da República. No mérito, o cirurgião contestou os valores pleiteados. O juiz cível acatou a argüição de inconstitucionalidade e decretou a extinção do feito por ilegitimidade ativa do MP para a causa. Irresignado com a decisão, o MP interpôs apelação da sentença, sustentando sua legitimidade para promover a ação.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 1 Tratando-se de apelação interposta contra sentença que indeferiu a inicial por ilegitimidade ativa, o apelado não será intimado para ofertar resposta, tendo em vista a nova sistemática processual introduzida com a reforma de 1994.
- 2 O tribunal de justiça deverá, se quiser manter a sentença de ilegitimidade do *parquet*, fundada na inconstitucionalidade do art. 68 do CPP, instaurar o incidente previsto para tais hipóteses, remetendo os autos ao pleno ou ao órgão especial do tribunal, em observância ao princípio da reserva de plenário.
- 3 Se o tribunal entender ser o MP parte legítima para propor a ação, ao dar provimento ao apelo, deverá cassar a sentença recorrida e determinar o retorno dos autos à instância inferior, para prosseguimento do feito, não podendo julgar o mérito da causa, ainda que entenda que o dano está devidamente comprovado pela prova produzida no processo penal.
- 4 O entendimento do STF é no sentido de que ainda vigora o art. 68 do CPP, detendo o MP legitimidade para a propositura da ação civil *ex delicto*, desde que, na localidade, não haja defensoria pública organizada, de direito e de fato, nos moldes previstos na Constituição da República.
- 5 Se o tribunal, por maioria, der provimento ao recurso, não poderá o apelado interpor contra o acórdão recurso extraordinário ou especial, sem que antes interponha embargos infringentes, atendendo ao requisito do esgotamento de instância.

A Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), uma autarquia federal vinculada ao Ministério das Comunicações, é sediada no DF, mas, por exercer atividades em todo o território nacional, possui unidades regionais em vários pontos do país.

Para estabelecer sua unidade no município Beta, no Espírito Santo (ES), a ANATEL decidiu adquirir um imóvel localizado no centro da cidade. Porém, o único imóvel disponível e adequado era o edifício Serra Negra, que ainda estava em construção e somente ficaria pronto em um ano. Frente a essa dificuldade, a autarquia optou por adquirir o prédio em construção e, provisoriamente, instalar sua unidade regional em um imóvel alugado.

Assim, em agosto de 2000, a ANATEL alugou, pelo prazo de quinze meses, metade das salas de um edifício comercial de propriedade de Douglas Gonçalves, sendo que a outra metade desse imóvel era locada por Douglas ao Banco do Brasil S.A. (BB). Nesse mesmo mês, a ANATEL estabeleceu com a Incorporadora e Construtora Real Ltda. contrato de compromisso de compra e venda do edifício Serra Negra, que deveria ser entregue à Agência em 5/8/2001.

Na celebração do compromisso de compra e venda, foi exigido da ANATEL o pagamento do imposto sobre a transmissão *inter vivos* de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI), imposto cujo fato gerador é definido no Código Tributário Nacional (CTN) como a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, bem como de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.

No âmbito de Beta, o ITBI foi instituído pela Lei n.º 12/1999, uma lei ordinária municipal que estabelece como fato gerador do ITBI apenas a transmissão da propriedade por ato *inter vivos*, não definindo, como fato gerador, a transmissão do domínio útil nem de qualquer outro direito real. Embora essa lei disponha expressamente que o contrato de promessa de compra e venda não é fato gerador do ITBI, ela determina que o promitente comprador deve recolher o imposto relativo à futura transmissão da propriedade, garantindo-lhe o direito de restituição do valor pago, caso o contrato definitivo de compra e venda não seja celebrado. Além disso, a referida lei municipal define como contribuintes do ITBI o adquirente ou o cessionário do bem ou direito alienado e também determina que “o transmitente ou o cedente respondem solidariamente pelo pagamento do imposto devido pelo contribuinte inadimplente”. Entendendo ser inconstitucional a cobrança desse imposto, a ANATEL decidiu contestá-la judicialmente.

Em fevereiro de 2001, o município Beta cobrou do BB o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre as salas alugadas de Douglas. A Receita Municipal argumentou que Douglas estava em atraso e que, como o CTN define como contribuinte do IPTU “o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título”, texto esse que é repetido pela lei municipal que regula esse imposto, o tributo poderia ser cobrado do BB, dado que o locatário é detentor da posse direta do bem e, portanto, enquadra-se no conceito de “possuidor a qualquer título”.

QUESTÃO 54

Considerando a situação hipotética descrita no texto CE e as informações nele contidas, julgue os itens a seguir.

- 1 É inconstitucional o município Beta exigir da ANATEL o pagamento do ITBI, pois pessoa jurídica de direito público que faz parte da administração federal indireta, tais como as autarquias, fundações públicas e empresas públicas, não pode ser sujeito passivo de impostos municipais.
- 2 A Lei n.º 12/1999 é inconstitucional, pois a Constituição da República veda aos municípios a instituição, mediante lei ordinária, de tributo referente a fato gerador que não tenha efetivamente ocorrido.
- 3 Apesar de a ANATEL ser imune ao pagamento do ITBI relativo à aquisição do edifício Serra Negra, ela não poderia ingressar com ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, postulando a declaração da inconstitucionalidade da Lei n.º 12/1999, sem redução de texto, para fixar a exegese segundo a qual o município Beta não poderia cobrar ITBI relativo a patrimônio de autarquias.
- 4 Caso a ANATEL decida impugnar judicialmente a cobrança do ITBI, ela deverá ingressar com ação perante a justiça federal de primeira instância, pois, no caso em exame, o critério pessoal de determinação da competência deveria prevalecer sobre o critério material.
- 5 Caso o Poder Judiciário declare inconstitucional que o município Beta exija da ANATEL pagamento do ITBI referente à aquisição do edifício Serra Negra, esse imposto poderá ser exigido da Incorporadora e Construtora Real Ltda., pois a Lei n.º 12/1999 estabelece responsabilidade solidária do alienante pelo recolhimento desse tributo, o que significa que o valor do imposto pode ser cobrado tanto do contribuinte quanto do responsável, não cabendo invocação de benefício de ordem.

QUESTÃO 55

Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto CE e as informações nele contidas, julgue os itens que se seguem.

- 1 Embora a lei tributária municipal não possa contrariar as definições do CTN acerca de fato gerador e contribuintes do ITBI, não é inválida a Lei n.º 12/1999 pelo motivo de definir o fato gerador do ITBI de maneira mais restrita que o CTN.
- 2 Em Beta, tanto os contratos de promessa de compra e venda como os contratos de constituição de hipoteca são isentos do pagamento do ITBI.
- 3 Lei federal ordinária não pode alterar o CTN no tocante à definição do contribuinte do ITBI, mas pode modificar esse código no tocante ao estabelecimento dos requisitos relativos ao termo de inscrição da dívida ativa, pois essa matéria não é especificamente reservada à lei complementar pela Constituição da República.
- 4 Embora o direito civil considere o locatário como detentor da posse direta do bem alugado, a inadimplência de Douglas não autoriza o município a exigir do BB o pagamento do IPTU relativo às salas que aluga de Douglas. E ainda que o BB houvesse estabelecido, no contrato de locação com Douglas, que o banco se responsabilizaria pelo pagamento do IPTU relativo ao tempo de locação, isso não o tornaria sujeito passivo do imposto nem lhe traria responsabilidade alguma no campo tributário.
- 5 Caso o BB comprasse as salas que lhe eram alugadas por Douglas, esse banco tornar-se-ia responsável pelo pagamento da dívida tributária relativa ao IPTU incidente sobre esses imóveis, mesmo que Douglas houvesse declarado expressamente, no contrato de compra e venda dos referidos bens, que ele havia quitado todos os débitos tributários e previdenciários pendentes sobre os imóveis.

QUESTÃO 56

Alex e seu irmão Daniel constituíram a microempresa Pizzaria Dominó Ltda. (PD), uma sociedade comercial que visa atuar na produção e entrega de pizzas. Nessa pessoa jurídica, ambos os irmãos são remunerados pelas suas atividades na pizzaria, mas enquanto Daniel é simplesmente sócio cotista, Alex é o sócio-gerente.

Para iniciar a produção, a microempresa alugou uma sala onde foi instalada uma cozinha industrial, sendo que, para construir os balcões da pizzaria, estabeleceram contrato de empreitada com o marceneiro Isaías.

Para promover o serviço de entrega, a sociedade comprou duas motocicletas e contratou dois empregados, para proceder às entregas, Eva e Élder, tendo sido a primeira contratada por prazo indeterminado e o segundo, por prazo determinado de um ano. Em contraprestação a seu trabalho, cada um recebe um salário de R\$ 500,00, além das gorjetas recebidas dos clientes, que nunca ultrapassam, se somadas, R\$ 400,00 por mês para cada um.

Para fins tributários e previdenciários, a PD optou pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), inscrevendo-se como microempresa no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC/MF).

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Isaías, Daniel e Élder são segurados obrigatórios do INSS, os dois primeiros na qualidade de contribuintes individuais e o último na qualidade de empregado.
- 2 Considerando que Eva tem como única fonte de renda o seu trabalho na PD, é correto afirmar que o seu salário-de-contribuição será a totalidade dos rendimentos auferidos durante o mês, incluindo o décimo terceiro salário, as gorjetas recebidas dos clientes e, se for o caso, o salário-maternidade.
- 3 Caso Eva seja demitida e interrompa o recolhimento de contribuições previdenciárias, conservará ela a qualidade de segurada por três meses, período dentro do qual terá direito aos mesmos benefícios a que faria jus se continuasse empregada. Porém, se findo esse prazo Eva não conseguir outro emprego e desejar continuar mantendo a sua qualidade de segurada da previdência, ela terá de filiar-se como segurada facultativa.
- 4 Por ser optante do SIMPLES, a PD não precisaria recolher de forma específica a contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS), pois essa contribuição está incluída entre os tributos pagos de forma unificada pelo optante do SIMPLES. Porém, a opção pelo SIMPLES não desonera a PD do dever de arrecadar e recolher ao INSS a contribuição para a seguridade social relativa a Élder.
- 5 Em adição à situação hipotética acima, considere que Alex, julgando excelente o trabalho prestado por Isaías à PD, convidou o marceneiro para reformar os armários da casa em que ele vive com sua família, proposta essa que foi prontamente aceita. Alex e Isaías estabeleceram, então, contrato civil de empreitada de labor, por meio da qual Alex comprometeu-se a comprar os materiais necessários e pagar a Isaías a quantia de R\$ 500,00 pela mão-de-obra. Nesse caso, é incorreto afirmar que Alex enquadra-se no conceito previdenciário de empresa, pois não atua com finalidade lucrativa; porém, é correto afirmar que ele se enquadra no conceito previdenciário de empregador doméstico e que, portanto, tem a obrigação de recolher ao INSS a contribuição previdenciária respectiva.

QUESTÃO 57

Agentes públicos da Secretaria da Receita Federal (SRF) e do INSS realizaram operação conjunta de fiscalização na Viações Aéreas Matrix S.A. (VAM), com o objetivo de apurar sua situação fiscal e previdenciária. Durante a fiscalização, os agentes públicos não apenas descobriram uma série de irregularidades previdenciárias e fiscais, mas também identificaram que a situação econômico-financeira da VAM era precária, estando a empresa à beira da falência.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Caso as informações prestadas pela VAM acerca da remuneração paga aos empregados não coincidam com a realidade efetivamente constatada pelos fiscais, o INSS poderá lançar, de ofício, a importância que reputar devida, cabendo à VAM o ônus da prova em contrário.
- 2 Se a fiscalização identificar que, nos últimos nove anos, a VAM não recolheu a contribuição a cargo da empresa, incidente sobre décimo terceiro salário pago aos seus empregados, o INSS poderá cobrar todo o valor sonegado, corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora e multa, pois a constituição de créditos previdenciários é sujeita a prazo prescricional de dez anos.
- 3 Em adição à situação hipotética proposta, considere que Luís, um dos fiscais da SRF envolvidos na fiscalização da VAM, tenha exigido R\$ 10.000,00 de Sérgio, o presidente da empresa, para não tornar pública a informação de que a VAM estava próxima da falência. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Luís configura crime de corrupção passiva e que, caso Luís viesse a tornar públicas as informações acerca do estado da VAM, ele cometeria crime de violação de sigilo profissional, além de violar a regra administrativa que determina que os agentes da SRF não podem divulgar informações sobre a situação econômica ou financeira das entidades, obtidas em razão do ofício, nem mesmo a outros órgãos da administração pública.
- 4 Não configuraria elisão fiscal o fato de a VAM reduzir fraudulentamente o valor do imposto de importação por meio de falsificação dos contratos de compra e venda de alguns aviões importados.
- 5 Em adição à situação hipotética acima, considere que, inicialmente, os empregados da VAM franquearam livre acesso aos fiscais, exibindo-lhes todos os documentos pedidos. Porém, quando os agentes públicos entraram na sala de Sérgio, presidente da empresa, e solicitaram que fosse examinado o conteúdo de um cofre que ali havia, Sérgio negou-se a abri-lo, argumentando que nele estavam guardadas apenas informações acerca do seu patrimônio pessoal, bem como dados sigilosos relativos aos planos de expansão da empresa e às promoções previstas para o mês seguinte, informações essas que não tinham nenhuma relação com a matéria tributária e previdenciária e que, portanto, ele não tinha o dever de exibi-las aos fiscais. Inconformados, os agentes deram ordem expressa a Sérgio para que o cofre fosse aberto, ao que ele respondeu que os agentes poderiam solicitar a exibição de qualquer documento pertinente às suas áreas de fiscalização e esse documento lhes seria mostrado, mas reafirmou sua intenção de não abrir o cofre. Nesse caso, é correto afirmar que a recusa de Sérgio em abrir o cofre possibilita que os fiscais solicitem auxílio de agentes da Polícia Federal para garantir o devido cumprimento das suas funções, podendo os policiais prender Sérgio em flagrante delito pelo crime de desacato à autoridade.

QUESTÃO 58

Bartolomeu e Adriana, ambos segurados obrigatórios da previdência social na qualidade de contribuintes individuais, constituem uma união estável e têm dois filhos, ambos estudantes economicamente dependentes dos pais: Flávia, de doze anos de idade, e Gustavo, de dezesseis. Além dos filhos, também vive na residência do casal a mãe de Adriana, Irene, que depende economicamente da filha. Para auxiliar a família nos serviços domésticos, o casal contratou, em julho de 2000, Rosana como empregada, pagando-lhe remuneração mensal de R\$ 500,00, regularmente registrada em sua carteira de trabalho e previdência social (CTPS).

Adriana envolveu-se em um acidente automobilístico em agosto de 2001, tendo sofrido traumatismos múltiplos que exigiram a sua internação em hospital por três meses, mas, felizmente, os ferimentos não deixaram seqüelas que limitassem quaisquer de suas atividades habituais. Na mesma semana em que ocorreu o acidente, foi requerida perante o INSS a concessão de auxílio-doença para Adriana. Findo o período de internação, Adriana voltou para casa, mas, por determinação médica, permaneceu em repouso por mais dois meses, antes de retomar suas atividades profissionais.

Em face da situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

- 1 Considerando que Adriana era segurada da previdência social há apenas seis meses, é correto afirmar que mesmo assim ela teria o direito de receber benefício de auxílio-doença durante todo o tempo em que permaneceu impossibilitada de trabalhar, a contar da data em que ocorreu o acidente.
- 2 Caso Adriana viesse a falecer em virtude do acidente, os seus dependentes teriam direito ao benefício de pensão por morte, cuja renda mensal corresponderia ao valor total da aposentadoria a que Adriana teria direito se estivesse aposentada por invalidez na data de sua morte, quantia essa que deveria ser dividida igualmente entre Bartolomeu, Gustavo, Flávia e Irene.
- 3 Caso Rosana viesse a ser demitida sem justa causa em agosto de 2001, teria direito ao aviso prévio e à percepção do seguro-desemprego.
- 4 Adicionalmente à situação hipotética apresentada, considere que, para diminuir os encargos previdenciários, Rosana acertou com seus patrões que, na CTPS, seria registrada remuneração de apenas R\$ 300,00, sendo que os outros R\$ 200,00 da remuneração seriam pagos informalmente, sem o recolhimento da contribuição previdenciária devida. Nessa hipótese, é correto afirmar que o registro na CTPS de salário menor que o efetivamente pago configura crime de sonegação previdenciária e que, portanto, Rosana tem direito a exigir judicialmente que Bartolomeu e Adriana promovam o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a diferença entre o salário registrado na CTPS e a remuneração efetivamente paga.
- 5 Ao contrário de Flávia, Gustavo tem direito a filiar-se ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo; porém, caso Gustavo proceda à sua filiação, o que deve ser feito mediante a inscrição na previdência social e recolhimento da primeira contribuição, ele perderá a qualidade de dependente de seus pais perante o direito previdenciário.

QUESTÃO 59

Vanessa, que tem 24 anos de idade e reside em Belo Horizonte, é professora particular de música desde janeiro de 2000, atuando nessa área como profissional autônoma, e, há seis meses, exerce a função de síndica do prédio em que mora, recebendo remuneração pelo exercício de ambas as atividades. Contudo, até o presente momento, Vanessa não se inscreveu na previdência social nem recolheu nenhuma contribuição previdenciária. Além disso, Vanessa nunca pagou imposto de renda (IR) nem o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) que incide sobre a remuneração recebida na qualidade de trabalhadora autônoma.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à situação hipotética apresentada.

- 1 Apesar de não se ter inscrito no regime geral de previdência social, Vanessa é filiada à previdência desde o momento em que passou a exercer a atividade de professora de música e, portanto, tem o dever jurídico de recolher ao INSS as contribuições em atraso, corrigidas monetariamente, contribuições essas que têm como base de cálculo a soma das remunerações mensais recebidas em ambas as suas atividades, até o limite do salário-de-contribuição máximo definido na legislação previdenciária.
- 2 Caso Vanessa decida regularizar sua situação perante a previdência e, para esse fim, confesse ao INSS as suas dívidas previdenciárias, antes de iniciada qualquer ação fiscal, ela poderá saldar todos os seus débitos pagando o valor devido, corrigido monetariamente e acrescido de juros moratórios, mas sem o acréscimo de multa.
- 3 Se, em Belo Horizonte, houvesse lei municipal isentando os professores de música do pagamento de ISS, e essa norma houvesse sido revogada em março de 2001, então a lei revogadora não teria efeitos imediatos, cessando a isenção apenas em 1.º/1/2002, uma vez que as normas que revogam isenções, diferentemente das leis que as concedem, submetem-se ao princípio constitucional tributário da anterioridade.
- 4 Caso Vanessa venha a recair em insolvência civil, a cobrança dos créditos tributários por ela devidos não se submeterão ao concurso de credores e terão preferência frente a todos os outros créditos, com exceção dos trabalhistas, tendo preferência inclusive frente aos créditos previdenciários e aos dotados de garantia real.
- 5 Caso uma lei municipal isente os professores de música de Belo Horizonte do pagamento do ISS, ocorrerá exclusão tanto do crédito tributário referente a Vanessa quanto das obrigações acessórias que a legislação municipal lhe atribuir, pois, de acordo com o princípio tributário da subsidiariedade, a dispensa da obrigação principal implica a dispensa das obrigações acessórias.

QUESTÃO 60

Acerca do direito tributário, julgue os itens a seguir.

- 1 Considere que um tratado internacional celebrado entre Brasil, Argentina e Uruguai estabeleceu em 5% o valor do imposto de importação incidente sobre carne bovina comercializada entre os países signatários do acordo; porém, em virtude de alterações na conjuntura econômica brasileira, foi editada lei complementar federal fixando em 11% a alíquota do imposto de importação sobre carne bovina importada de qualquer procedência. Nessa situação, a lei que majorou a alíquota do imposto de importação é inconstitucional porque, de acordo com a Constituição da República, as convenções internacionais acerca de matéria tributária são fonte formal de direito positivo com patamar hierárquico superior ao das leis internas e, portanto, devem ser observadas pela legislação federal que lhe sobrevenha.
- 2 Na exegese das normas que estabelecem fatos geradores de tributos, é admitida a interpretação extensiva, mas é vedada a utilização de analogia que resulte em exigência de tributo não-previsto em lei.
- 3 A Constituição da República estabelece que é defeso taxas terem base de cálculo própria de impostos, mas não proíbe que dois impostos tenham a mesma base de cálculo nem a mesma alíquota.
- 4 Como o imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) somente pode ser instituído pelos estados e pelo DF, tratados internacionais e leis federais, sejam elas ordinárias ou complementares, não podem conceder isenções relativamente a esse tributo.
- 5 A constituição do crédito tributário relativo a impostos federais, tais como o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) e o imposto sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), dá-se por meio do ato administrativo que inscreve o valor devido na dívida ativa da União, pois é apenas nesse momento que o sujeito passivo do tributo pode ser executado judicialmente pelo não-pagamento do débito fiscal.